

Basel Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Basel Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Basel Participações S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Basel Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

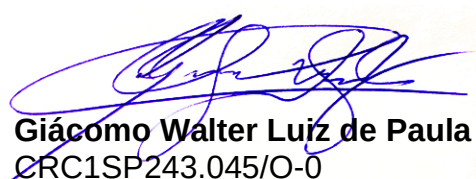
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomio Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Basel Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

22m - Ativos do Realizável a longo prazo					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	-	1.973	2.026
Contas a receber de clientes	11	-	-	11.837	8.415
Estoques	12	-	-	34.017	25.112
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6	8	1.073	269
Outros impostos a recuperar		-	-	2.070	2.168
Adiantamentos diversos		-	-	2.380	2.283
Despesas antecipadas		-	-	362	1.020
Contas a receber com partes relacionadas	20	-	-	1.104	1.731
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	-	-	5.430	5.641
Outros ativos		-	-	577	649
Total do ativo circulante		6	8	60.823	49.314
Não circulante					
Depósitos judiciais		-	-	387	333
Outros impostos a recuperar		-	-	231	683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	3.889	3.475
Contas a receber com partes relacionadas	20	-	-	1.833	776
Total do realizável a longo prazo		-	-	6.340	5.267
Investimentos	14	72.561	44.128	-	-
Imobilizado	15	-	-	38.779	42.845
Intangível	16	-	-	127.291	129.921
Total do ativo não circulante		72.561	44.128	172.410	178.033
Total do ativo		72.567	44.136	233.233	227.347

22m - Passivos do Realizável a longo prazo					
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Fornecedores		-	-	10.436	11.778
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	13.125	39.878
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	3.377	3.109
Tributos a recolher	21	-	-	8.412	9.891
Salários e provisões trabalhistas		-	-	2.664	2.439
Encargos sociais a recolher	21	-	-	3.981	5.640
Contas a pagar com partes relacionadas	20	-	-	1.549	2.458
Obrigações com clientes	23	-	-	3.663	4.154
Provisao para contingencias	24	-	-	202	235
Outras contas a pagar	22	-	-	7.247	8.096
Total do passivo circulante		-	-	54.656	87.678
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	55.531	50.042
Tributos a recolher	21	-	-	2.363	4.552
Encargos sociais a recolher	21	-	-	4.565	5.600
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	3.110	3.055
Provisão para desmobilização de ativos		-	-	2.620	2.620
Contas a pagar com partes relacionadas	20	9	-	292	-
Aquisições societárias a pagar	17	-	-	6.750	6.750
Outras contas a pagar	22	-	-	2.720	2.442
Total do passivo não circulante		9	-	77.951	75.061
Patrimônio líquido					
Capital social	25	165.226	165.226	165.226	165.226
Reservas de capital		1.142	1.142	1.142	1.142
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.341)	(3.341)	(3.341)	(3.341)
Prejuízos acumulados		(90.469)	(118.891)	(90.469)	(118.891)
Participação de acionistas controladores		72.558	44.136	72.558	44.136
Participação de acionistas não controladores		-	-	28.068	20.472
Total do patrimonio líquido		72.558	44.136	100.626	64.608
Total do passivo e patrimônio líquido		72.567	44.136	233.233	227.347

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Basel Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas líquidas de vendas	26	-	-	160.360	112.094
Custos dos produtos vendidos	27	-	-	(116.128)	(83.683)
Lucro bruto		-	-	44.232	28.411
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	27	(11)	(70)	(17.462)	(15.169)
Despesas comerciais	27	-	-	(14)	(2.523)
Outras despesas, líquidas	27	-	-	(1.092)	(2.072)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		(11)	(70)	25.664	8.647
Resultado financeiro, líquido	28	-	(2)	13.303	(3.190)
Participação em empresas investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	14	28.433	3.559	-	-
Resultado antes dos impostos		28.422	3.487	38.967	5.457
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(3.340)	(2.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	414	451
Lucro líquido do exercício		28.422	3.487	36.041	3.864
Atribuível a					
Acionistas controladores		28.422	3.487	28.422	3.487
Acionistas não controladores		-	-	7.619	377
Lucro líquido do exercício		28.422	3.487	36.041	3.864

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Basel Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	28.422	3.487	36.041	3.864
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.422	3.487	36.041	3.864
Atribuível a				
Acionistas controladores	28.422	3.487	28.422	3.487
Acionistas não controladores	-	-	7.619	377
Total do resultado abrangente do exercício	28.422	3.487	36.041	3.864

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Basel Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	165.172	660	(3.341)	(122.378)	40.113	20.156	60.269
Aumento do capital social, conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 21 de maio de 2021	54	482	-	-	536		536
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(61)	(61)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.487	3.487	377	3.864
Saldo em 31 de dezembro de 2021	165.226	1.142	(3.341)	(118.891)	44.136	20.472	64.608
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.422	28.422	7.619	36.041
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165.226	1.142	(3.341)	(90.469)	72.558	28.068	100.626

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Basel Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		28.422	3.487	36.041	3.864
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		-	-	11.402	11.057
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	(414)	(451)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(28.433)	(3.559)	-	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado		-	-	8.610	-
Descontos obtidos sobre empréstimos	18	-	-	(20.487)	-
Reversão para perdas esperadas		-	-	(2.611)	(104)
Provisão (reversão) para contingências		-	-	69	(10)
Provisão de juros sobre empréstimos	18	-	-	3.840	8.797
		(11)	(72)	36.450	23.153
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(811)	572
Estoques		-	-	(8.905)	(5.856)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar		2	8	(254)	(542)
Adiantamentos diversos		-	-	(97)	-
Despesas antecipadas		-	-	658	114
Depósitos judiciais		-	-	(54)	(294)
Outros ativos		-	-	72	1.817
Fornecedores		-	-	(1.342)	4.170
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher		-	-	160	(315)
Salários e provisões trabalhistas		-	-	225	(2.679)
Encargos sociais		-	-	(2.694)	(3.454)
Obrigações com clientes		-	-	(491)	(1.137)
Provisão para contingências		-	-	(102)	-
Outras contras a pagar		-	(481)	(594)	-
		(9)	(545)	22.221	15.549
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.505)	(2.211)
Juros de empréstimos pagos		-	-	(3.251)	(1.822)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(9)	(545)	15.465	11.516
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	(10.868)	(5.869)
Alienação em disponível para venda		-	-	211	518
Investimento em controladas		-	482	-	422
Aquisição de intangível		-	-	(2.448)	(1.838)
Caixa líquido gerada das (usado nas) atividades de investimentos		-	482	(13.105)	(6.767)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adição de empréstimos e financiamentos	18	-	-	3.554	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(4.920)	(12.813)
Aumento de capital social		-	54	-	54
Recebimentos com partes relacionadas		-	-	(430)	472
Pagamentos com partes relacionadas		9	-	(617)	(813)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		9	54	(2.413)	(13.100)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício		-	(9)	(53)	(8.351)
Demonstração do aumento (redução) do caixa equivalentes de caixa					
Caixa equivalentes de caixa no início do exercício		-	9	2.026	10.377
Caixa equivalentes de caixa no final do exercício		-	-	1.973	2.026
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício		-	(9)	(53)	(8.351)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Basel Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 29 de dezembro de 2007, com sua sede na Rua Pamplona nº 818, conjunto 92, Jardim Paulista - São Paulo - SP, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, ou em consórcios, no país ou no exterior.

Em 23 de junho de 2021 ocorreu a celebração de contrato que influenciou na alteração do controle acionário da Companhia, através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Societária, Garantia e Indenização ("Contrato de Compra e Venda"), por meio do qual, entre outros, GPCP V FIP ("FIP V") e Itatiba LLC ("Itatiba") venderam a Ebenezer Administração e Consultoria S/C Ltda. ("Ebenezer") e Banyana Investimentos Ltda. ("Banyana") a totalidade das ações de sua titularidade, do capital social da Companhia, à razão de 75% para a Ebenezer e 25% para a Banyana, passando estas a serem detentores de 100% da Companhia.

Com a queda na atividade econômica brasileira entre 2015 e 2020, em especial no segmento de atuação da Companhia, e a forte redução no acesso ao crédito, a Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas foram impactadas por uma significativa redução nos volumes de vendas, quedas nas margens, elevação das despesas financeiras e aumento da necessidade de caixa para cumprir o serviço da dívida e outros compromissos. Em função disto, a Companhia e suas controladas apresentaram prejuízos acumulados de R\$ 90.469 (R\$118.891 em 2021), impactados positivamente pelo lucro consolidado incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$36.041 (R\$3.864 em 2021).

Em 2022, a Administração da Companhia concluiu as renegociações iniciadas em 2021, das principais dívidas com seus credores, obtendo a redução do endividamento bancário líquido com alongamento dos prazos de pagamentos, redução de taxas e consequente melhora nos seus fluxos de caixa. A repactuação das linhas de créditos mais relevantes em resposta ao plano de desalavancagem impactou positivamente o Consolidado da Companhia, apresentando em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido ("CCL") de R\$ 6.167 (capital circulante líquido negativo R\$ 38.364 em 2021).

A Administração da Companhia permanece aplicando esforços que impactem positivamente no volume de vendas, preços e margem líquida; de forma que a Companhia mantenha a sua geração de caixa operacional saudável; e espera que, a melhora no ambiente econômico para os próximos anos, continue contribuindo para o aumento de volume de vendas percebido ao longo dos últimos anos e a crescente recuperação de margens ocorrida na Companhia também em 2022.

Estas demonstrações financeiras individual e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e não incluem quaisquer ajustes nos valores contábeis e na classificação de ativos, passivos e despesas reportadas.

2 Basel e suas controladas diretas e indiretas

a. Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

A Controlada direta Empresa Brasileira de Agregados Minerais (“EBAM”) localizada no Rio de Janeiro, foi adquirida em 2 de julho de 2012 com o objetivo de aquisição de investimentos operacionais em todo Brasil.

Ainda em 23 de junho de 2021, a Amazônia Participações Ltda. (“AMP”) firmou contrato com Ebenezer e Banyana para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 10,24% do capital social da sua Controlada EBAM.

Em 30 de setembro de 2021, o Fundo de Investimento em Participações VP Multiestratégia (“FIP VP”) firmou contrato com Ebenezer e Banyana para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 9,26% do capital social da Controlada EBAM.

Desta forma, o controle da EBAM passou a ser composto por Ebenezer e Banyana detendo a participação indireta de 79,89% - através da aquisição das ações da Companhia; e direta de 19,50% das ações de Ebam - através da aquisição das ações de AMP e FIP VP.

b. DS2 Engenharia de Comércio LTDA.

A participação inicial na DS2 Engenharia e Comércio S.A. (“DS2”), localizada em Bragança Paulista foi adquirida em 13 de fevereiro de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Em 26 de outubro de 2017, a empresa alterou o tipo societário de Sociedade Anônima para Limitada.

c. Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.

A participação inicial na Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda. (“Uniporto”), localizada em Porto Feliz, foi adquirida em 28 de maio de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Em 24 de julho de 2019, a Companhia firmou acordo para a venda de ativos imobilizados e intangíveis de sua Unidade Uniporto. A operação foi submetida ao rito de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, tendo sido celebrado o termo de implementação em 01 de novembro de 2019, com preço de venda da operação de R\$ 10.491, e o ganho na operação de R\$ 3.741 foi reconhecido no resultado do exercício. A Companhia efetuou a baixa do Ágio sobre mais valia dos ativos vendidos no resultado do exercício, no montante líquido de R\$ 9.442. Ainda nesta data, a empresa realizou abertura de filial em Boituva, São Paulo.

A companhia, através de sua controlada EBAM, levantou o laudo de incorporação dos ativos líquidos de Uniporto no valor de R\$1.029 negativos. Em 18 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a incorporação do patrimônio líquido negativo de Uniporto no montante de R\$1.042, efetuando a extinção da Companhia.

d. Mineração RS Ltda.

A Mineração RS Ltda. (“MRS”) é uma controlada indireta localizada no Rio Grande do Sul, com a finalidade de atuar na área de produção e comercialização de areia industrial. A MRS constituiu

a Mineração POA Ltda. ("POA") com a finalidade de comercialização de areia no Estado do Rio Grande do Sul. A POA encontra-se em fase pré-operacional.

e. Quartzito Participações Ltda.

A Quartzito Participações Ltda. ("Quartzito") foi constituída em 27 de novembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades operacionais de extração, produção e comercialização de areia na região de Goiás.

A Quartzito, adquiriu 880.000 cotas da empresa Quartziti Mineração Ltda. ("Quartziti"), em 22 de fevereiro de 2013. Em 31 de julho de 2015, a Quartzito adquiriu 453.345 quotas correspondentes a 20% do capital social restante, passando a deter 99% desta entidade. No mesmo ato, a Quartzito transferiu uma quota de sua propriedade para a Figueiredo Imobiliária.

O capital social de Quartziti está representado em 31 de dezembro de 2020 por 9.872.745 quotas, sendo 9.872.744 quotas de Quartzito e 1 quota de Figueiredo.

f. Serobrita Mineração Ltda.

Em 8 de novembro de 2013, a Companhia adquiriu 100% das cotas da empresa Serobrita Mineração Ltda. ("Serobrita").

A Serobrita é uma unidade operacional de extração, produção e comercialização de Brita e Saibro na região do Rio de Janeiro.

g. Serolito Participações Ltda.

A Serolito Participações Ltda. ("Serolito") foi constituída em 1º de julho de 2013, com a finalidade de participar do capital de outras sociedades cujo objeto seja a comercialização de areia ou brita.

h. Amazônia Mucajaí Mineração Ltda.

A Amazônia Mucajaí Mineração Ltda. ("AMM") adquirida em 2 de julho de 2012, está localizada em Manaus com uma filial operacional situada em Presidente Figueiredo, aproximadamente 160 km de Manaus.

i. Mineração Nova Petrópolis Ltda.

A Mineração Nova Petrópolis Ltda. ("MNP"), anteriormente denominada Arenito Participações Ltda., adquirida em 25 de setembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades, está localizada no Rio Grande do Sul para consolidação dos investimentos na região Sul do País. A alteração da denominação da Sociedade para Mineração Nova Petrópolis Ltda., ocorreu em 09 de setembro de 2013.

j. Monazita Participações Ltda.

A Monazita Comércio de Materiais de Construção Ltda. ("Monazita") foi adquirida em 1º de abril de 2014, com a aquisição de 99,8% das suas quotas. A modificação da denominação social para Monazita Participações Ltda., ocorreu em 30 de abril de 2015.

k. Britasul Indústria e Mineração Ltda.

Britasul Indústria e Mineração Ltda. ("Britasul") foi adquirida em 1º de julho de 2014 através da Serolito, com a aquisição de 50% do seu capital social. A Britasul, localizada em Pouso Alegre, MG, atua no fornecimento de agregados minerais da região. Atualmente a Serolito detém 1.735.474 quotas equivalentes a 50% do seu capital social.

l. Caroebe Participações Ltda

Caroebe Participações Ltda. (“Caroebe”) foi adquirida em 31 de dezembro de 2016 através da Ebam, com a aquisição de 1.199 quotas equivalentes a 99,99% do capital social. A Caroebe está localizada em Rio de Janeiro, RJ.

m. Figueiredo Imobiliária Ltda.

Figueiredo Imobiliária Ltda. (“Figueiredo”). foi adquirida em 10 de abril de 2012 através da Ebam, com a aquisição de 480 quotas equivalentes a 40% do capital social. A Figueiredo está localizada em Rio de Janeiro/RJ. Após o aumento do capital social em 1 de março de 2018 a Ebam passou a deter 99,90% equivalente a 722.497 quotas.

n. Formosa Mineração Ltda.

Formosa Mineração Ltda. (“Formosa”) foi constituída em 17 de janeiro de 2011 e está localizada em Goiânia. A Ebam detém 99% equivalentes a 54.739 quotas e a Serolito detém 1 quota.

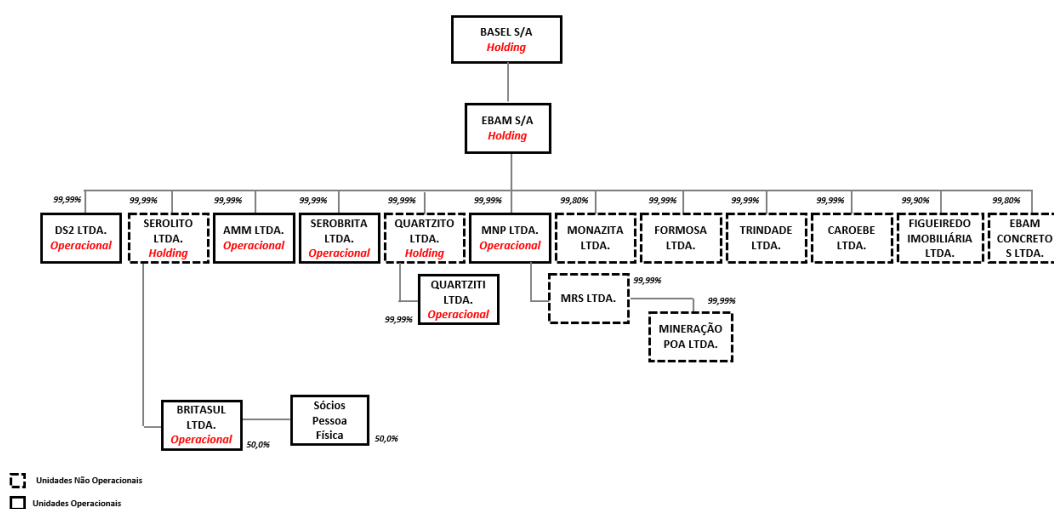
o. Trindade Mineração Ltda.

Trindade Mineração Ltda. (“Trindade”) foi constituída em 23 de dezembro de 2011. Em 28 de fevereiro de 2019, com 447.919 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém 99,99% equivalente a 447.918 quotas e Serolito detém 1 quota. A Trindade está localizada em Goiânia. Após novo aumento de capital social, a Ebam passou a ter 525.918 quotas e a Serolito permaneceu com 1 quota.

p. Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.

Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda. (“Ebam Concretos”) foi constituída em 14 de novembro de 2018 com 500 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém 99,80% equivalente a 499 quotas e DS2 detém 1 quota. A Ebam Concretos está localizada em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2022 a estrutura societária da Basel estava assim representada:



3 Licenças

A Companhia tem como pré-requisito obter todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia manteve vigente, por meio de suas controladas indiretas, as seguintes licenças:

Controlada	Nº	Tipo	2022		2021	
			Emissão	Vigência	Emissão	Vigência
DS2	60005905	Licença de operação	25.11.2021	11.06.2025	25.11.2021	11.06.2025
DS2	60005828	Licença de operação	30.06.2021	30.06.2024	30.06.2021	30.06.2024
Serobrita	00008	Licença Munic. de instalação e operação	14.12.2016	14.12.2022	14.12.2016	14.12.2022
Serobrita	00009	Licença Munic. de instalação e operação	16.12.2016	16.12.2022	16.12.2016	16.12.2022
Serobrita	39717	Licença de operação *	24.05.2017	24.05.2021	24.05.2017	24.05.2021
AMM	127/08-10/127/08-11	Licença de operação	18/01/2023	18/01/2025	18/02/2021	18/02/2023
Britasul	3643/2021	Licença de operação corretiva	29/10/2021	29/01/2031	29.10.2021	29.01.2031
Britasul	615/2021	Licença de operação	30.07.2021	30.07.2031	30.07.2021	30.07.2031
Trindade	1361/2015	Licença de instalação *	-	-	29.06.2015	29.06.2021
Quartziti	253/2021	Licença de funcionamento	28.05.2021	28.05.2027	28.05.2021	28.05.2027
Nova Petrópolis	013/2018	Licença de operação	-	-	20.02.2018	29.08.2022
Nova Petrópolis	039/2022	Licença de operação	31/08/2022	31/08/2026	-	-
Caroebe	101/2022	Licença prévia de instalação	06/06/2022	06/06/2027	-	-
Formosa	125-1/2020	Licença de operação	31.07.2020	31.07.2023	31.07.2020	31.07.2023

(*) Licença em fase de renovação

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia faz uso de estimativas e julgamentos na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, estão contempladas a seguir:

a. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) do imobilizado e ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do ativo imobilizado e ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 16. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

b. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Administração não identificou qualquer indicativo de mudança na estimativa de vida útil dos bens do imobilizado e valor residual.

c. Método e prazo de amortização de direitos minerários

A Companhia efetua a amortização de suas jazidas minerais através do método de quantidade extraída, ao longo da vida útil estimada do ativo intangível.

d. Perdas de crédito esperadas

As perdas financeiras esperadas sobre clientes são reconhecidas através da análise individual, análise do segmento de atuação, característica do grupo e exposição financeira, assim como perdas de crédito esperadas, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência. Essa avaliação é efetuada pela administração e suportada por julgamentos e análise de situação financeira dos clientes, de forma individual e por grupo econômico.

7 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

7.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor recuperável líquido, quando aplicável.

7.2 Base de consolidação

a. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das seguintes empresas controladas diretas e indiretas (participação no capital total - %):

Participação direta		2022	2021
Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.	Holding	79,89%	79,89%
Participação indireta			
Amazônia Mucajá Mineração Ltda.	Operacional	79,89%	79,88%
Formosa Mineração Ltda.	Pré-operacional	79,89%	79,88%
Trindade Mineração Ltda.	Pré-operacional	79,89%	79,88%
Figueiredo Imobiliária Ltda.	Holding	79,81%	79,81%
Caroebe Participações Ltda	Holding	79,82%	79,88%
Mineração Nova Petrópolis Ltda.	Operacional	79,89%	79,88%
Quartzito Participações Ltda.	Holding	79,89%	79,88%
Serolito Participações Ltda.	Holding	79,89%	79,88%
Serobrita Ltda.	Operacional	79,89%	79,88%
Monazita Ltda.	Pré-Operacional	79,73%	79,73%
DS2 Engenharia e Comercio S.A.	Operacional	79,89%	79,88%
Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.	Operacional	-	79,82%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	79,89%	79,73%
Mineração RS Ltda	Pré-operacional	79,89%	79,88%
Mineração POA Ltda	Pré-operacional	79,89%	79,88%
Quartziti Mineradora Ltda	Operacional	79,89%	79,88%
Britasul Industria e Mineração Ltda (*)	Operacional	39,95%	39,95%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	0,15%	79,88%

(*) Companhia firmou contrato de investimento com os sócios não controladores garantindo o controle sobre as operações relevantes das Sociedades, a gestão de caixa e o risco inerente as suas operações embora a participação adquirida seja inferior a 51% das cotas destas sociedades.

(**) A controlada Uniporto foi incorporada pela Controlada EBAM conforme nota 2b.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 /IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais, ou qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as Entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados por entidade contribuinte líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e as despesas de venda. A Companhia realiza topografia dos estoques periodicamente com a finalidade de levantar diferenças entre os valores contabilizados e o resultado apurado nas topografias.

7.5 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, instalações industriais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10-30
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas" na demonstração do resultado.

7.6 Intangível

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

c. Direito mineral

Os ativos minerais são representados por direitos de exploração e desenvolvimento de área cujo objetivo é estimar o prazo de extração das jazidas minerais e a geração de benefícios econômicos futuros e são amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral.

d. Custo para retirada de ativos e reflorestamento

São representados pelos custos para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

e. Custos de remoção de estéril de mina de superfície na fase de produção

Os gastos com a remoção de resíduos minerários anteriores a fase de produção, chamados de custos de remoção de estéril (*stripping*), são capitalizados com base nos custos incorridos em preparação para extração do minério. Esses custos são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada, a partir do início da produção na mesma.

Quando incorridos durante a fase de operação de extração da área a ser explorada, estes custos são registrados em custo de produção.

f. Despesas de exploração e desenvolvimento

Para as despesas de exploração e desenvolvimento, a Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza os princípios contábeis em linha com as normas internacionais IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Desta forma, são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida mineral. A partir de então, os gastos incorridos com licenças de exploração são registrados no Ativo Intangível e os gastos incorridos com custos de desenvolvimento de minas são classificados na rubrica “Obras em Andamento” no Ativo imobilizado.

7.7 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos imobilizados não são mais depreciados.

7.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia reconhece as perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a perda esperada em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A avaliação da Companhia foi realizada com base em seus recebíveis. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos além da avaliação de crédito seguindo avaliações publicadas externamente. Nesse sentido, a Administração identificou um baixo risco de perda para seus clientes e, portanto, conclui-se que as perdas esperadas de créditos foram imateriais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A Companhia não identificou indicativos para registro de *impairment* para 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7.9 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os ativos mantidos sob arrendamentos são classificados como custo quando incorridos e são reconhecidos no resultado da Companhia.

7.10 Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 – Receitas, o CPC 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

Venda de produtos

De acordo com CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas, detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento da receita.

As controladas da Companhia comercializam britas, areia, massa asfáltica (CBUQ), asfalto frio e solos especiais para construtoras, empresas produtoras e/ou aplicadoras de asfalto, produtoras de concreto, prefeituras e varejo. A receita operacional é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento.

O momento da transferência do controle para o cliente varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos são praticados operações distintas sendo as principais: (i) CIF (*cost, insurance and freight*), que incluem custos de entrega, fretes e seguros na qual a transferência do controle ocorre no momento da entrega ao cliente, (ii) FOB (*Free On Board*), cuja operação de entrega é de total responsabilidade do cliente e a transferência do controle ocorre no momento da retirada do material nas instalações da Companhia, (iii) consignação industrial, na qual a transferência do controle ocorre na disponibilização dos produtos nas instalações do cliente.

7.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa direito de postergar a liquidação;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam àquelas que ocorrerem após o início do período mais antigo apresentado.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico.

c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- IFRS 17 – Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Instrumentos Financeiros e gerenciamento dos riscos financeiros

9.1 Fatores de risco Financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria corporativa da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e procura proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, eventuais aumentos desse indexador podem impactar as despesas financeiras devido a característica de seus empréstimos.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito e/ou pela alçada competente, conforme Política de Crédito.

O monitoramento da utilização dos limites de crédito é realizado periodicamente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição deste risco está registrada nas demonstrações contábeis. Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer		
Até 30 dias	8.840	6.509
De 31 a 180 dias	1.378	1.108
	<u>10.218</u>	<u>7.617</u>
Valores vencidos		
Até 30 dias	947	555
De 31 a 60 dias	44	81
De 60 a 180 dias	339	121
	<u>1.053</u>	<u>3.415</u>
Acima de 180 dias	<u>2.382</u>	<u>4.172</u>
	<u>12.600</u>	<u>11.789</u>

(ii) *Caixa equivalente de caixa*

A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 1.973 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.026 em 2021) consolidado. O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central.

c. **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela Administração.

A previsão de fluxo de caixa é realizada através da gestão e monitoramento das previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia assegurando o uso do caixa de forma a suprir às necessidades operacionais e extraordinárias.

Através da análise periódica de risco de liquidez, a Administração da Companhia efetuou um plano de renegociação das dívidas junto aos credores, com a inclusão de carências, alongamento de prazo e redução de taxas de juros. Com as renegociações efetivadas em 2022 e com as operações em andamento em busca de obtenção de carência, alongamento de prazos e redução de custos, a Administração entende que será capaz de cumprir o fluxo de amortização das dívidas e a geração de caixa da Companhia e Unidades de acordo com o plano de negócios.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas e de acordo com a política de investimentos da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas se assemelha ao valor contábil.

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	10.436	-
Empréstimos e financiamentos	13.125	55.531
Aquisições societárias a pagar (*)	-	6.750
Contas a pagar com partes relacionadas	1.549	292
Obrigações com clientes	3.663	-
Outras contas a pagar (**)	7.247	2.720
	36.020	65.293
	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	11.778	-
Empréstimos e financiamentos	39.878	50.042
Aquisições societárias a pagar (*)	-	6.750
Contas a pagar com partes relacionadas	2.458	-
Obrigações com clientes	4.154	-
Outras contas a pagar (**)	8.096	2.442
	66.364	59.234

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº 22, a Companhia possui obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos de Britasul e Amazônia Participação.

9.2 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A variável de riscos relevante para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de seis meses para essa avaliação é sua exposição à variação do CDI no que tange a seus passivos financeiros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2022 e 2021. O cenário provável considera a divulgação das taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2022, considerando ainda altas e baixas futuras de 10%.

Os cenários adotados foram um aumento de 10% e deterioração de 25% e 50% para os nossos ativos financeiros e uma alta de 10%, 25% e 50% para o nosso passivo financeiro.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinados riscos, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Em 31 de dezembro de 2022

	Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		13,62%	14,98%	12,73%	6,81%
	Aplicações financeiras	CDI	472	71	60	32
				<u>71</u>	<u>60</u>	<u>32</u>
	Impacto financeiro do CDI					
	Operação		Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Passivos financeiros	Estimativa do CDI	CDI	13,62%	14,98%	12,73%	6,81%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	CDI	66,027	9.891	8.405	4.496
	Leasing	CDI	73	11	9	5
				<u>11</u>	<u>9</u>	<u>5</u>
	Impacto financeiro do CDI			<u>9.902</u>	<u>8.414</u>	<u>4.501</u>

9.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

9.4 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e coligadas não efetuam aplicações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	Consolidado
	Custo
	Amortizado
31 de dezembro de 2022	
Contas a receber de clientes	11.837
Contas a receber com partes relacionadas	2.937
	<u>14.774</u>
31 de dezembro de 2021	
Contas a receber de clientes	8.415
Contas a receber com partes relacionadas	2.507
	<u>10.922</u>

Os passivos financeiros são classificados como se segue:

	Consolidado
	Custo amortizado
31 de dezembro de 2022	
Empréstimos e financiamentos	68.656
Contas a pagar com partes relacionadas	1.841
Aquisições societárias a pagar (*)	6.750
Obrigações com aquisição de investimento (**)	3.165
Obrigações legais	10.668
	91.081
31 de dezembro de 2021	
Empréstimos e financiamentos	89.920
Contas a pagar com partes relacionadas	2.458
Aquisições societárias a pagar (*)	6.750
Obrigações com aquisição de investimento (**)	3.760
Obrigações legais	11.167
	114.055

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº22, a Companhia possui obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos Britasul e Amazônia Participação.

10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos e outros fins, contemplando numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	-	-	1.501	943
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	-	-	472	1.083
	-	-	1.973	2.026

(a) As aplicações financeiras são representadas por Certificado de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), gerando rentabilidade média em 2022 entre 100% e 103% (95% e 100% em 2021). Essas aplicações possuem garantia de recompra, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

11 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Clientes	12.600	11.789
(-) Perdas de créditos esperadas	(763)	(3.374)
	11.837	8.415

A exposição da Companhia a riscos de crédito bem como o quadro por vencimentos relacionados aos clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 9.1 (b).

As estimativas de perdas de créditos esperadas registrada no resultado consolidado no exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram reversão de R\$ 2.417 e R\$ 104, respectivamente.

12 Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Produtos acabados	23.358	16.471
Almoxarifado (material de reposição e outros)	10.324	7.533
Outros estoques	335	1.108
	34.017	25.112

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas" consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram R\$ 116.128 e R\$ 83.683, respectivamente.

13 Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado	
	2022	2021
Máquinas e equipamentos	5.399	5.610
Terrenos	31	31
Total dos ativos não circulantes mantidos para venda	5.430	5.641

A Administração se comprometeu com um plano de desinvestimento de ativos imobilizados operacionais, que foram substituídos por novos ou em estágio de ociosidade. Assim, parte dos ativos imobilizados está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Devido a situação política e queda na economia nos últimos anos, a administração não realizou esses ativos ao longo do exercício e nesse sentido juntou esforços com a expectativa de que a venda desse grupo de ativos se realize por um prazo inferior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo de ativos mantidos para venda estava registrado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e compreendia R\$ 5.430 (R\$ 5.641 em 2021) consolidado, representado por máquinas e equipamentos disponíveis na suas Controladas.

14 Investimentos

A movimentação dos investimentos, apresentada nas demonstrações financeiras individuais da controladora é como segue:

a. Controladora

(i) Movimentação do investimento

Saldo em 1º de janeiro de 2021	40.569
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do exercício	3.559
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.128
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do exercício	28.433
Saldo em 31 de dezembro de 2022	72.561

(ii) Informações patrimoniais e financeiras

	Ebam	
	2022	2021
Capital social	89.381	89.381
Reserva Capital	84.857	84.857
Patrimônio líquido	100.629	64.600
Lucro líquido do exercício	35.590	4.457
Percentual de participação - %	79,89%	79,89%

15 Imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as movimentações registradas nas contas do ativo imobilizado foram as seguintes:

	Consolidado		
	2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	844	-	844
Edificações	26.624	(14.270)	12.354
Veículos e máquinas	76.181	(52.301)	23.880
Móveis, utensílios e equipamentos	1.930	(1.566)	364
Imobilizado em andamento	1.337	-	1.337
	106.916	(68.137)	38.779

Basel Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Consolidado						
2021						
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido			
Terrenos	844	-	844			
Edificações	26.395	(12.981)	13.414			
Veículos e máquinas	73.940	(47.051)	26.889			
Móveis, utensílios e equipamentos	1.843	(1.454)	389			
Imobilizado em andamento	1.309	-	1.309			
	104.331	(61.486)	42.845			

Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	844	14.490	27.169	453	287	43.243
Adições	-	423	6.197	64	9.598	16.282
Baixas	-	(39)	(3.215)	(2)	(8.576)	(11.832)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.460)	(3.261)	(127)	-	(4.848)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	844	13.414	26.890	388	1.309	42.845
Adições	-	440	5.468	152	4.808	10.868
Baixas	-	(211)	(3.227)	(60)	(4.780)	(8.278)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.289)	(5.250)	(117)	-	(6.656)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	844	12.354	23.881	363	1.337	38.779
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	844	26.395	73.940	1.843	1.309	104.331
Depreciação acumulada	-	(12.981)	(47.051)	(1.454)	-	(61.486)
	844	13.414	26.889	389	1.309	42.845
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	844	26.624	76.181	1.930	1.337	106.916
Depreciação acumulada	-	(14.270)	(52.301)	(1.566)	-	(68.137)
	844	12.354	23.880	364	1.337	38.779
Vida útil dos ativos	-	25 anos	5 a 30 anos	5 a 10 anos	-	-

Não houve perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas na Nota Explicativa nº 16.

16 Intangível

Consolidado 2022				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	452	-	(447)	5
Desenvolvimento	2.115	-	(51)	2.064
Direito minerário	137.258	-	(19.104)	118.154
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(365)	2.538
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	147.258	-	(19.967)	127.291
Consolidado 2021				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	441	-	(421)	20
Desenvolvimento	2.115	-	(46)	2.069
Direito minerário	146.961	-	(26.229)	120.732
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(333)	2.570
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	156.950	-	(27.029)	129.921

- (a) O valor para a retirada de ativos reflete a estimativa de gastos a serem incorridos com a recuperação das áreas dos empreendimentos minerais visando retorná-la ao mais próximo possível da condição anterior à atividade mineral ou disponibilizar esta área para atividades úteis a sociedade.
- (b) O ágio na aquisição de controladas e coligadas é oriundo da aquisição da MRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.530	120.732	2.069	20	2.570	129.921
Adições	-	2.439	8	-	1	2.448
Baixas	-	(320)	(8)	(3)	(1)	(332)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.697)	(5)	(12)	(32)	(4.746)
	4.530	118.154	2.064	5	2.538	127.291
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	4.530	137.258	2.115	452	2.903	147.258
Amortização acumulada	-	(19.104)	(51)	(447)	(365)	(19.967)
Saldo contábil, líquido	4.530	118.154	2.064	5	2.538	127.291

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	4.530	123.624	2.082	35	2.601	132.872
Adições	-	2.165	11	-	-	2.176
Baixas	-	(437)	(19)	-	-	(456)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.620)	(5)	(15)	(31)	(4.671)
	<u>4.530</u>	<u>120.732</u>	<u>2.069</u>	<u>20</u>	<u>2.570</u>	<u>129.921</u>
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	4.530	146.961	2.115	441	2.903	156.950
Amortização acumulada	-	(26.229)	(46)	(421)	(333)	(27.029)
	<u>4.530</u>	<u>120.732</u>	<u>2.069</u>	<u>20</u>	<u>2.570</u>	<u>129.921</u>
Saldo contábil, líquido						

Os direitos minerários são amortizados pelo prazo de vida útil das áreas de exploração mineral e amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral. A vida útil estimada em 31 de dezembro de 2022 e 2021, baseada em sua produção, é de 20 a 35 anos.

Teste de Impairment

De acordo com o CPC 01 (R2) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos considera a recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e ágios onde aplicável. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa assumindo o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;
- Taxa de desconto de 12,82% (14,73% em 2021);
- Além do fluxo de caixa projetado de 2023 a 2027, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”) descrito acima.

A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, não identificou perdas em a serem reconhecidas durante o exercício 2021 e 2022.

17 Aquisições societárias a pagar

Nesta rubrica está registrado o saldo de aquisição da Serobrita de R\$ 6.750 (R\$ 6.750 em 31 de dezembro de 2021) a ser pago em até seis parcelas mensais consecutivas e de mesmo valor corrigidas pelo IGP-M - índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da verificação da

condição até o respectivo pagamento, sendo a primeira devida 30 (trinta) dias após a ocorrência das seguintes condições:

- (a) Obtenção, pela Companhia, de licença operacional para exploração do direito minerário consubstanciado pela Portaria de Lavra, incluindo licença para exploração dessas reservas minerais com rebaixamento até a Cota 14, e, cumulativamente,
- (b) Apresentação de acordo extrajudicial entre os vendedores, a sociedade e a Empresa de Mineração Fonte Limpa Ltda. (EMFOL).

Até 31 de dezembro de 2022 não ocorreu o atendimento às condições supracitadas. Tendo em vista o não atingimento do rebaixamento até a profundidade (Cota) de 14 metros da reserva lavrável prevista no contrato de compra e venda e a obtenção de licenciamento com vencimento em 24 de maio de 2021, onde a referida cota não foi averbada. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo de adiantamentos aos vendedores no montante de R\$ 1.285 (R\$ 3.290 em 31 de dezembro de 2021). Tais montantes foram registrados na rubrica de adiantamentos diversos.

18 Empréstimos e financiamentos

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	Consolidado	
			2022	2021
Empréstimo capital de giro - pós fixado	Real	7,8% a.a. + CDI	66.027	70.751
Empréstimo capital de giro – pré fixado	Real	15,80%	2.465	-
FINAME	Real	5,0% % a.a.	91	11.168
Leasing	Real	4,0% a.a. + CDI	73	8.001
			68.656	89.920
Circulante			13.125	39.878
Não circulante			55.531	50.042
			68.656	89.920

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de empréstimos e financiamento:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.920
Captação	3.554
Descontos obtidos	(20.487)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.920)
Pagamento de juros	(3.251)
Juros apropriados	3.840
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.656

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional		
Seis meses a um ano	13.125	39.878
Um a cinco anos	55.531	50.042
	68.656	89.920

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia ou suas controladas no nível individual tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Não há cláusulas restritivas para os atuais empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022.

Garantias

Os financiamentos sob a modalidade de leasing financeiro possuem como garantia o próprio ativo financiado. Os empréstimos de capital de giro possuem como garantia o aval da Companhia, de seus ativos e ativos de suas controladas. Para a controlada Britasul existe o aval dos sócios pessoas físicas em Cédulas de Créditos Bancários - CCBs.

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas adotam o regime de tributação com base no lucro real para apuração do imposto de renda e da contribuição social, a exceção da controlada AMM onde sua apuração em 2022 ocorreu com base no lucro presumido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social.

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.487	6.164
Circulante	3.377	3.109
Não circulante	3.110	3.055

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes dos impostos	38.967	5.457
Resultado das empresas pelo lucro presumido	(22.699)	(6.275)
Base de cálculo ajustada	<u>16.268</u>	<u>(818)</u>
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(5.531)	278
Diferenças permanentes		
Agio mais valia – Uniporto 2019	3.663	-
Outras	<u>1.412</u>	<u>(363)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente - lucro presumido	(2.470)	(1.508)
Imposto de renda e contribuição social corrente - lucro real	(870)	(536)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>414</u>	<u>451</u>
Alíquota efetiva	3%	-10%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado		
	Ágio	Direitos minerários	2022
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	<u>-</u>	<u>(31.684)</u>	<u>(31.684)</u>
Ativo de imposto diferido, líquido	<u>35.573</u>	<u>(31.684)</u>	<u>3.889</u>
	Consolidado		
	Ágio	Direitos minerários	2021
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	<u>-</u>	<u>(32.098)</u>	<u>(32.098)</u>
Ativo de imposto diferido, líquido	<u>35.573</u>	<u>(32.098)</u>	<u>3.475</u>

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	35.475	3.024
Reversão	-	-
Amortização	414	451
	3.889	3.475

20 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia e controladas. A despesa com remuneração do pessoal-chave da administração por seus serviços prestados está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração - pró-labore	724	2.358
	724	2.358

b. Contas a receber e contas a pagar

	Consolidado	
	2022	2021
Contas a receber de pessoas físicas	2.938	2.507
Total de Contas a receber com partes relacionadas	2.938	2.507
Total do ativo circulante	1.104	1.731
Total do ativo não circulante	1.833	776
	Consolidado	
	2022	2021
Contas a pagar a controladas	2	-
Contas a pagar a pessoas físicas	1.839	2.458
Total de Contas a pagar com partes relacionadas	1.841	2.458
Total do passivo circulante	1.549	2.458
Total do passivo não circulante	292	-

21 Tributos e encargos sociais a recolher

	Consolidado	
	2022	2021
PIS e COFINS a recolher	2.146	4.536
ISS a recolher	42	69
CFEM	5.453	5.073
ICMS	2.236	4.048
Outros	898	717
	10.775	14.443
INSS a recolher	7.003	9.550
Outros	1.543	1.690
	19.321	25.683
Tributos a recolher passivo circulante	8.412	9.891
Tributos a recolher passivo não circulante	2.363	4.552
Encargos sociais a recolher passivo circulante	3.981	5.640
Encargos sociais a recolher passivo não circulante	4.565	5.600

22 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2022	2021
Obrigações com terceiros - Britasul (a)	1.054	1.256
Obrigações com terceiros - Amazônia (b)	2.111	2.504
Provisões	5.986	2.486
Outras contas a pagar	816	4.292
	9.967	10.538
Circulante	7.247	8.096
Não circulante	2.720	2.442

A obrigação com terceiros refere-se a:

- (a) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 50% das cotas de Britasul a pagar de R\$ 10.000, compostos por uma parcela fixa de R\$ 4.500 e duas parcelas variáveis, calculadas e pagas aos vendedores, sujeito a condições precedentes e conclusão de documentações. A Companhia e os sócios pactuaram aditivos ao contrato repactuando a obrigação o fluxo de pagamento e as condições de liquidação.
- (b) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 1.414.619 ações ordinárias de Amazônia Participações Ltda., referentes à participação societária de 13,52%, pelo montante de R\$ 14.000, pago com uma parcela de R\$ 10.500 em janeiro de 2013 e R\$ 3.500 como "escrow account" ou conta garantida, a qual será paga ou compensada em até 5 anos. Em junho de 2021 a Companhia firmou instrumento de confissão de dívida junto aos vendedores alterando os fluxos de pagamentos. Até 31 de dezembro de 2021 foi compensado o montante de R\$ 136 por amortização da dívida, considerando atualizações pelo CDI, restando um saldo de R\$2.504 (R\$ 2.522 em 2020).

23 Obrigações com clientes

A Companhia possui obrigações com seus clientes relativo, principalmente, aos recursos recebidos sobre a venda de ativos mantidos para venda e venda de agregados para entrega futura no total de R\$3.663 (R\$ 4.154 em 2021). Essas obrigações devem ser compensadas à medida que a Companhia realizar a entrega de seus produtos.

24 Provisão de contingências

A Entidade e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

AÇÕES	NATUREZA
Processos trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras e seus reflexos, diferenças salariais e verbas rescisórias, adicionais entre outros) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Processos tributários	Os processos tributários referem-se a disputas de compensações de impostos e contribuições não homologados pela Receita Federal do Brasil e execuções fiscais com cobrança, em sua maioria, de ICMS, IPTU, multas de trânsito e CFEM, os quais se encontram com exigibilidade suspensa decorrente de parcelamento ou valor depositado em juízo.
Processos cíveis	Os processos cíveis com prognóstico provável trata-se de ações de Execução de Título Extrajudicial, de Cobrança, Monitórias. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente, com em fases processuais distintas.

a. Movimentação das contingências prováveis

	Consolidado				2022
	2021	Adições	Reversões	Pagamentos	
Processos trabalhistas	232	87	(18)	(102)	199
Processos tributários	3	-	-	-	3
Processos cíveis	-	-	-	-	-
	<u>235</u>	<u>87</u>	<u>(18)</u>	<u>(102)</u>	<u>202</u>

b. Contingências Possíveis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, julgou o risco como perda possível. As obrigações decorrentes destes processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	2022	2021
Processos trabalhistas	381	432
Processos tributários	9.484	16.138
Processos cíveis	751	6.110
	<u>10.616</u>	<u>22.680</u>

PROCESSOS	NATUREZA
Processos trabalhistas	Os processos com prognóstico possível são em sua maioria a pedido de adicional de periculosidade e insalubridade, horas extras, diferença de horas extras e in itinere, adicional de insalubridade e periculosidade e verbas rescisórias. Tais processos se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Processos tributários	Os processos tributários são referentes a ações fiscais em curso e autos de infração promovidos pelo ente público (Secretarias de Fazenda Estadual ou Municipal, Receita Federal, Autarquias Federais e Órgãos Públicos) em que que figuramos no polo passivo, visando em sua maioria a cobrança de tributos, sendo a principal a cobrança de ICMS na Unidade AMM localizada na Zona Franca de Manaus, no montante de R\$ 6.394. aA avaliação dos assessores legais julga não ser provável a probabilidade de perda devido ao benefício concedido pelo Convênio ICM nº 65/1988, que regulamenta os aspectos elementares de isenção do ICMS nas remessas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus.
Processos cíveis	Trata-se de ações Monitórias, de Cobrança, Execução de Título Extrajudicial, Anulatória de Duplicata, Declaratória de Existência de Relação Contratual, Declaratória de Inexistência de Débito, Indenizatórias e Usucapião. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente e estão em fases processuais distintas.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 23 de junho de 2021 ocorreu a celebração de contrato que influenciou na alteração do controle acionário da Companhia, passando de ITATIBA e FIP V para Banyana e Ebenezzer, conforme nota 1.

	Quantidade de ações - milhares	Capital Social
Em 31 de dezembro de 2022	166.384.619	165.226

A Companhia tem somente uma classe de ações ordinárias que estão divididas da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2022	
	Quantidade de ações - milhares	R\$
Ebenezzer Administração e Consultoria S/C Ltda.	124.788.464	123.920
Banyana Investimentos Ltda.	41.596.155	41.306
	166.384.619	165.226

b. Reserva de capital

A reserva foi constituída através de montantes aprovados em ata de assembleia geral da Companhia no montante de R\$ 1.142.

c. Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou lucros de R\$ 28.422, que foram destinados a absorção de prejuízos acumulados. Por esta razão não distribuiu dividendos.

26 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de produtos	173.359	122.612
Impostos sobre vendas		
(-) ICMS	(6.918)	(6.312)
(-) PIS/COFINS	(4.031)	(2.837)
(-) CFEM	(1.467)	(1.018)
(-) Devolução e abatimentos	(583)	(351)
	160.360	112.094

27 Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	2022	2021
Custos dos produtos vendidos	(116.128)	(83.683)
Despesas gerais e administrativas	(17.462)	(15.169)
Despesas comerciais	(14)	(2.523)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.092)	(2.072)
	(134.696)	(103.447)
Gastos com pessoal	(29.259)	(37.725)
Depreciação e amortização	(8.244)	(5.611)
Gastos com frete	(32.906)	(22.544)
Despesas comerciais	(14)	(2.523)
Manutenção e conservação	(17.596)	(11.505)
Gastos gerais administrativos	(12.981)	(8.706)
Serviços prestados por terceiros	(26.784)	(9.600)
Despesas de transporte e comissões	(4.435)	(2.251)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos	(1.327)	(869)
Outras despesas gerais e administrativas	(58)	(41)
Outras receitas (despesas)	(1.092)	(2.072)
	(134.696)	(103.477)

28 Resultado Financeiro Líquido

	Consolidado	
	2022	2021
Juros recebidos	1.600	250
Rendimentos de aplicações financeiras	32	86
Descontos obtidos	95	2.320
Outras receitas financeiras	7	7
Juros sobre empréstimos	(3.840)	(2.109)
Descontos obtidos de empréstimos	20.487	-
Juros sobre fornecedores e tributos	(4.068)	(3.016)
IOF	(31)	(10)
Outras despesas financeiras	(979)	(718)
	13.303	(3.190)

29 Cobertura de Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Risco coberto	Importância segurada	
	2022	2021
Responsabilidade Civil	20.000	20.000

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas destas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo.

* * *

Diretoria

Flávio Gomes Vianna
Diretor

Ivo Correia Pereira
Diretor

Rosilene Silva Cardoso Marques
Contador
CRC – 080830/O-4